



Opinião Econômica

Bráulio Borges

Mestre em teoria econômica pela FEA-USP, é economista-sênior da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV IBRE



Caminhos para o reequilíbrio das contas públicas brasileiras

Reforma administrativa é importante, mas não é uma panaceia para o ajuste fiscal

Como já apontei diversas vezes em colunas e reportagens, estimo que o Brasil precisaria de um superávit primário situado entre 1,0% e 1,5% do PIB por vários anos para estabilizar a relação entre a dívida líquida do governo em geral e o PIB. Alguns colegas apontam números bem maiores, na casa de 2,5% a 3%. Mas muitos deles parecem não considerar que o custo de rolagem da dívida tende a cair bastante caso a faixa de superávit necessário citada por mim de fato seja atingida.

Onde estamos hoje? No ano passado, o setor público consolidado encerrou o ano com um déficit primário de cerca de 0,4% do PIB, valor que vai para cerca de -1,0% quando se descontam receitas e despesas atípicas, bem como efeitos dos ciclos econômicos e

dos preços de commodities (esse é o chamado resultado primário estrutural).

Portanto, precisamos sair de um resultado equivalente a cerca de -1,0% do PIB para +1,0% a +1,5% -uma consolidação fiscal de 2 a 2,5 pontos percentuais.

Antes de tentar apontar como deveríamos viabilizar esse ajuste, convém comparar alguns aspectos do presente com o passado.

Segundo as estimativas publicadas no final do ano passado pela Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Fazenda, a última vez em que o setor público brasileiro consolidado registrou superávits primários estruturais na faixa de 1,5% do PIB foi no triênio 2008/10.

Naquele período, a arrecadação bruta da União chegou a

22,9% do PIB, valor semelhante ao de 2024 (22,8%). Contudo, descontadas as transferências para os governos regionais, a receita líquida da União em 2024 foi 0,8 p.p. do PIB menor do que em 2008-10, denotando que, para uma mesma carga bruta, a situação para a União ficou mais difícil.

Ainda no caso da União, as despesas primárias em 2024 foram 1,4% do PIB maiores do que no triênio supracitado. Entre os componentes, destacam elevações de 1,3% do PIB dos benefícios previdenciários (excluindo sentenças judiciais), de 1,1% com o Bolsa Família, de 0,4% com o BPC/Loas, de cerca de 0,4% com as emendas parlamentares, de 0,3% do Fundeb (uma transferência da União a governos regionais) e de 0,3% das sentenças judiciais e precatórios.

Na contramão, aliviando parcialmente a alta dos itens citados no parágrafo anterior, temos uma queda de 1,2% do PIB do gasto com pessoal e encargos sociais e de 1,5% das despesas discricionárias (excluindo as emendas parlamentares).

Essas comparações dão algumas pistas sobre a forma que a necessária consolidação fiscal brasileira deveria tomar nos próximos anos.

Em primeiro lugar, fica evidente que a reforma administrativa, embora importante para melhorar a eficiência do setor público e acabar com privilégios de certas carreiras, não é uma panaceia do ponto de vista do ajuste fiscal.

No mais, a Previdência e o BPC/Loas seguem sendo os “elefantes na sala”: segundo as pro-

jeções do próprio governo apresentadas no PLDO 2026, os gastos com essas duas rubricas deverão chegar a 9,3% do PIB em 2028, vindo de 8,9% em 2024 (7,2% em 2008-10). Precisaremos rediscutir a sistemática de reajuste do salário mínimo ou a indexação de certas despesas a essa variável. Uma nova reforma da Previdência também será necessária.

No caso das receitas, o aumento dos ingressos do setor extrativo e o fim do excesso de compensações tributárias associadas à “tese do século”, entre outros fatores, deverão agregar cerca de 1,5% do PIB nos próximos anos. Contudo, será preciso discutir as vinculações de algumas despesas às receitas, de modo a viabilizar a consecução do primário necessário para estabilizar a dívida.



**Quem tem conta empresarial
Banrisul agora tem limite turbinado
do cartão Banricompras Empresas.**



Missão RS aos EUA

Fernanda Crancio, editora de Economia, de Nova York 
fernanda.crancio@jornaldocomercio.com.br



Missão gaúcha posiciona o RS em NY e avança em parcerias na área de tecnologia

Após 20 agendas em cerca de quatro dias de missão nos Estados Unidos, o governador Eduardo Leite encerrou na tarde desta quinta-feira a programação em Nova York. Com foco na divulgação do Rio Grande do Sul perante o mercado investidor norte-americano e consolidação de parcerias com empresas gigantes de tecnologia, Leite comemorou o fato de ter obtido o resultado esperado com a viagem: posicionar o Rio Grande do Sul de maneira destacada nos EUA.

“Eu estou bastante satisfeito (como o resultado da missão), pelos bancos que circulamos, nos ambientes que acessamos, aqui estão os investidores, o Rio Grande do Sul se posiciona de uma maneira destacada, acho que isso é muito importante. Investidores que gerenciam bilhões de reais e de dólares, definindo que projetos serão alvos dos seus investimentos”,

pontuou. O governador também destacou as agendas de interação com empresas ligadas ao setor de tecnologia.

Leite e equipe mantiveram reuniões com investidores e participaram de eventos inseridos na Brazilian Week promovidos por empresas e bancos. “O Rio Grande do Sul precisa circular por aqui, mostrar todas as potencialidades, os blocos de concessão e oportunidades de investimentos privados”, destacou. Toda essa mobilização foi ainda fomentada com a realização do RS Day, evento capitaneado pela Invest RS e integrado à semana do Brasil nos EUA, que reuniu uma centena de empresários e lideranças de fundos de investimento para conhecer as potencialidades e oportunidades do Estado. A iniciativa, inédita, deve se estender a outros países, conforme as agendas de feiras e compromissos



RS Day foi a principal agenda de Leite para a promoção do Estado

futuros do Executivo no exterior, como explicou Leite. Segundo ele, o evento serviu de ponto de partida para um trabalho a médio e longo prazo que seguirá sendo feito pela equipe governamental e Invest RS. Quando questionado se já havia

frutos após o evento, o governador destacou que o processo funcionava como uma “semeadura”.

Agendas importantes na área da tecnologia também marcaram a missão, com foco na disseminação da Inteligência Artificial entre

os gaúchos e capacitação na ferramenta. Parcerias nesse sentido foram mantidas com a Salesforce e IBM. “Em termos de formação da nossa população também foi importante. Foi colocando o nosso time todo aqui em sintonia com o que está acontecendo do ponto de vista de evolução tecnológica, para que a gente possa manter o Estado líder em inovação.” Ainda na área da tecnologia, na Xertica, subsidiária do Google, o grupo conheceu soluções que podem ser aplicadas nas políticas públicas na área de segurança. E na e Open IA, que pela primeira vez recebeu lideranças de um estado brasileiro, foi articulada a possibilidade de colaboração futura, com foco em ampliar o acesso de estudantes e professores à tecnologia e em desenvolver estratégias para promover a alfabetização digital e o uso responsável da IA.